



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Jornal da Cidade

14 de Janeiro de 2014



André Moreira



Divulgação



Arquivo JC

LOURDINHA foi ponto de partida para a gestão de crise da FHS, problemas que já eram conhecidos de Flávia Brasileiro e Euza Missano

# Caos na Saúde faz SES montar gabinete de crise para a FHS

## Principais motivos estão na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes

Greycy Andrade  
DA EQUIPE JC

Está instalada uma crise no sistema de saúde de Sergipe, principalmente nas unidades gerenciadas pela Fundação Hospitalar de Saúde (FHS). Falta de medicamentos, desabastecimento de insumos, superlotação e risco de morte fizeram a secretária de Estado da Saúde, Joélia Silva, instaurar o 'Gabinete de Crise', desde o dia 10 de janeiro deste ano. Em comunicado emitido às diretorias de unidades de Saúde do Estado, a secretária afirma que "diante do quadro de gravidade e risco iminente de mortes por desassistência, principalmente diante da superlotação da Utin, da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (...) todas as unidades sob gerenciamento da FHS deverão nos manter informados de imediato de todo o funcionamento do serviço (...) sob pena de penalização, responsabilização

ao servidor que omitir, subtrair ou negar-se a prestar informação aos membros do Gabinete de Crise (...)", diz o comunicado.

O texto diz ainda que o Gabinete de Crise, "(...) composto por todos os diretores e assessores da SES, além das Coordenações de Urgência e Emergência e Rede Hospitalar, Logística e Alcen, para o enfrentamento imediato da situação, evitando os riscos exponenciais de morte por desassistência, gerada pelo fato de irregularidades constantes no abastecimento de insumos, além da precariedade dos serviços prestados de lavanderia, alimentação, manutenção, higienização e limpeza (...)". O Conselho Regional de Medicina em Sergipe (Cremese), o Sindicato dos Enfermeiros do Estado de Sergipe (Seese) e o Ministério Público Estadual (MP/SE), afirmam que esse problema é antigo e que sempre denunciaram o fato aos órgãos competentes, já o MPSE,

moveu diversas ações contra a Fundação pedindo inclusive que o Estado assumisse o gerenciamento das principais unidades de saúde do Estado.

Para Flávia Brasileiro, presidente do Seese, a FHS já nasceu com problemas, e agora mais uma vez eles se agravam. Na percepção da enfermeira, se chegou a esse patamar, onde inclusive tem colocado os pacientes em risco, é porque o Governo não sabe que destino dar à Fundação. "É difícil o pessoal admitir que a Fundação nunca cumpriu o seu papel, ela entrou com o sentido de reduzir os gastos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e com a desculpa das licitações, sendo que a lei de licitação para a Fundação e para o Estado é mesma, ela não mudou, as dificuldades e a burocracia são as mesmas. O próprio médico Ivan Paixão falou que a Fundação já tem mais de R\$ 120 milhões em dívidas, fora as ações judiciais ingressadas pelo Ministé-

rio Público, então, cada vez mais ela se afunda", afirma.

Com a mudança de gestão da FHS, Brasileiro revela que as entidades médicas chegaram a pensar que a Fundação se estabilizaria, o que não aconteceu. "A gente vê que os hospitais regionais não têm essa efetividade, não conseguiu reduzir gastos, e também não aprendeu sequer a lidar com o regime jurídico dos celetistas e estatutários. A questão da falta de insumos, a questão estrutural dos hospitais, das ambulâncias, por exemplo, se dizia que teriam melhor abrangência, e hoje a gente vê redução do contingente de viaturas, o desabastecimento e a falta de manutenção delas. Eu não consigo visualizar qualquer tipo de benefício para os servidores e para a população. O Estado deveria reconhecer a ineficiência e reaver para a sua responsabilidade os serviços da saúde para sanar seus problemas", acredita Flávia Brasileiro.

# Problemas da rede são velhos conhecidos

O médico José Roberto Mellara, membro do Conselho Regional de Medicina de Sergipe (Cremese), revela que essa crise já existe há dez anos e que não são novidades os problemas citados no 'Gabinete de Crise', fatos esses denunciados pelas entidades médicas. A diminuição de leitos, a falta de médicos e medicamentos é denunciada desde a criação da Fundação Hospitalar de Saúde.

"A FHS surgiu com a promessa do Governo como a solução da crise de saúde do Estado, várias entidades médias, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e o Cremese se colocaram contra a instalação das fundações. Em 2009, fizemos um relatório, que fala sobre os problemas da saúde, e denunciando a Fundação, apontada como a solução para

tudo isso. Mas essa crise nunca vai passar, o próprio governo cria programas, gasta mais de R\$ 100 milhões com publicidade, e não se resolve nada", coloca.

Ainda segundo Mellara, o problema da saúde é pluralmente gerencial. "Não temos uma gerência profissional, a corrupção é intensa. São medicamentos comprados perto de vencer, agulhas que não cabem na nas seringas, falta fio, campo cirúrgico, etc. Tivemos um fechamento enorme de leitos hospitalares, como da maternidade Santa Lúcia, da Hildete Falcão, a Clínica dos Acidentados, o Hospital São José, o Hospital da Polícia Militar, não funcionam, e vai continuar essa crise. Estão inventando falácias, e a gente sabe que tudo isso aí vai continuar, o que está ocorrendo, já foi denunciado.

Não vemos vontade nenhuma do Governo tentar resolver isso de forma definitiva, pois países mais pobres que o Brasil, como o Paraguai, investe mais em saúde que a gente. Infelizmente, estamos fazendo um trabalho de enxugar gelo", lamenta o médico.

A promotora de Justiça, Euzá Missano, aponta que desde 2012 o Ministério Público Estadual faz intervenções na área da saúde, desde os problemas com insumos, medicamentos, e escalas médicas. Ela explica que o MP já ingressou com Ações Cíveis Públicas que ainda estão em tramitação, uma delas pede a responsabilização de gestores pelo descumprimento de ordens judiciais. O MP chegou a ajuizar ação pedindo a intervenção do Estado, para que assumisse o gerenciamento das duas maio-

res unidades do Estado, o Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MSNL).

"O MP entende que a situação da saúde do estado é grave, essa liminar foi atendida, mas foi suspensa por recurso interposto pelo Estado. Agora, é a guardar a definição desse processo. Além disso, o MPE e o MPF e apresentaram recomendação a Justiça Federal pedindo a intervenção federal nessas duas unidades, pedindo a intervenção do Ministério da Saúde. Agora, diante dessa situação mais recente, temos uma audiência pública na próxima quarta, 15, onde iremos discutir e apresentar com a secretária da Saúde do Município e do Estado as atuais dificuldades", informou a promotora de Justiça Euzá Missano.

# Atendimento materno/infantil foi o estopim

Por meio de nota, a Secretaria de Estado da Saúde informa que a "montagem de um gabinete de crise é constituída tantas vezes forem necessárias medidas emergenciais que garantam a assistência, seja por questões de abastecimento, déficit de escala de profissionais, ameaça de superlotação em unidades, elevação dos índices do Lira, além de medidas emergenciais para evitar surpresas em casos de epidemia.

As reuniões estratégicas visam à colaboração mútua na tomada de decisões junto à rede hospitalar e não na gestão da FHS. "Portanto, a Secretaria de Estado da Saúde reafirma o compromisso na garantia da assistência, reunindo gestores para, juntos, enfrentar os

desafios e buscar soluções", diz a nota enviada pela Secretaria.

Leia na íntegra o comunicado:

Informo que diante do quadro de gravidade e risco iminente de mortes por desassistência na Rede Materno/Infantil, principalmente diante da superlotação da UTIN da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, a falta de medicamentos, entre eles antibióticos, material médico de uso contínuo, itens saneantes como a Clorexidina, PVPI e, inclusive, o sabonete líquido com Triclosano, e falta de laps para realização de procedimentos cirúrgicos na unidade, inclusive com paciente com quadro de gravidez ectópica, a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, com a autonomia que lhe é demandada enquanto Autoridade Sanitária maior do território do Esta-

do de Sergipe, resolveu estabelecer a montagem de GABINETE DE CRISE desde a noite do dia 10 de janeiro de 2014, composto por todos os diretores e assessores da SES, além das Coordenações de Urgência e Emergência e Rede Hospitalar, Logística e ALCEN, para o enfrentamento imediato da situação, evitando os riscos exponenciais de morte por desassistência, gerada pelo fato de irregularidades constantes no abastecimento de insumos, além da precariedade dos serviços prestados de lavanderia, alimentação, manutenção, higienização e limpeza.

Dessa forma, todas as unidades sob gerenciamento da FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE deverão nos manter informados de imediato de todo o funcionamento do serviço, de

forma direta e sem contratempos, sob pena de PENALIZAÇÃO e RESPONSABILIZAÇÃO ao servidor que omitir, subtrair ou negar-se a prestar informação aos membros do GABINETE DE CRISE, ficando a secretária e a chefe do Gabinete destas secretarias como membros auxiliares e assistentes para a coleta de dados e informações de qualquer ponto da Rede a partir da presente data e até que cesse a necessidade direta de INTERVENÇÃO DA SES sobre o funcionamento da rede hospitalar gerenciada pela FHS.

Favor dar ciência a todos os estabelecimentos e unidades produtivas dos serviços gerenciados. Joélia Silva Santos Secretária de Estado da Saúde